



## Círculo FEUC

Última Lição do Prof. Doutor Joaquim Romero Magalhães, proferida no dia 18 Abril de 2012

### Últimas palavras?

#### Joaquim Romero Magalhães

Quem chega à idade crepuscular em que por lei é empurrado para fora do serviço activo deve sentir júbilo: cumpriu-se o dever de trabalhar, atinge-se a plenitude com alegria por chegar ao fim. Fecha-se a vida profissional e inexoravelmente dá-se por terminada uma parte, a mais interessante e a mais rica de uma existência. Assim há-de ser: não tem contemplações a roda do tempo. Seja como for, com júbilo ou sem ele, e porque assim foi a vontade do nosso Director, vou dar-me ao luxo de tentar uma sumária revisão de como sinto um percurso em que 43 anos se passaram na docência, dos quais quase 39 na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. São muitos anos, tempo muito variado, com muitas alegrias e muitas contrariedades, que umas nunca vão sem as outras. Que se me perdoe um auto-retrato naturalmente lisonjeador. Vou ter “o gosto de falar de mim”, como dizia José Gomes Ferreira. Como não?

Nasci em Loulé, na Praça da República, em casa dos meus Avós maternos, a 18 de Abril de 1942, precisamente 100 anos passados do nascimento em Ponta Delgada de Antero de Quental: daí o meu nome. Cresci em Faro onde meu Pai era professor no Liceu. Sempre aluno do ensino oficial (como sempre professor do ensino oficial), frequentei a Escola Primária anexa à Escola do Magistério Primário de Faro. Era vulgarmente conhecida como Escola da Sé, por nas proximidades da catedral se encontrar. Em bairro pobre: tive colegas, meninos que iam descalços para as aulas porque não tinham sapatos... Que tinham fome e sofriam muitas carências.

Privilegiado naquele meio, a minha posição ideológica terá sido marcada por essa proximidade com a pobreza. E, no entanto, o ensino que nessa escola se ministrava era de qualidade. A professora metodóloga Maria da Glória Martins empenhava-se seriamente no seu labor, a presença das estagiárias, gente moça e às vezes bonita, trazia animação e os resultados finais eram bons. Na Escola do

Magistério Primário havia muitas festas em que entravam crianças das anexas e aí pisei o palco pela primeira vez a recitar o «Cavalo de pau» de Afonso Lopes Vieira: enquanto eu fingia aterrorizar as cadeiras, uma futura professora martirizava o piano, sem conseguir desenhencilhar-se de uma das cenas infantis de Schumann. Estreia não muito auspiciosa...

Em 1952 entrei no secundário, onde tive excelentes professores – e alguns maus e mesmo um ou outro péssimo. Recordo com saudade António Maria Almodovar, Elviro Rocha Gomes, Emília Cabrita da Silva, Francisco Prudêncio, Joaquim Magalhães, José Neves, Luís Crespo Fabião, Manuel Aleixo da Cunha e alguns outros. Foi um tempo de formação em que não estudei tanto quanto devia, mas em que também outros interesses marcaram a minha aprendizagem, nomeadamente o teatro, no liceu com o meu Pai, cá fora com Emílio Campos Coroa e sua mulher Maria Amélia. Faro era então uma cidade com algumas interessantes actividades culturais, nos espectáculos como em encontros de debate e discussão – os possíveis. Com especial menção para o dinamismo do Círculo Cultural do Algarve e para o Cine-Clube. A Alliance Française trazia excelentes concertistas. Muitos livros havia em casa e tornei-me um leitor apaixonado, o que me tomava muito mais horas do que as matérias para exames.

Feito o sétimo ano em 1959, rumei à Faculdade de Direito. Caloiro na Pra-kys-tão, Coimbra foi então a pacata boémia da casa e sobretudo o Teatro dos Estudantes dirigido por Paulo Quintela. O ensino jurídico logo me enfastiou e não consegui ver-me profissional de tais matérias. Essa impossibilidade fez-me inflectir para Letras, para História, de que tinha sido bom aluno no secundário. No entanto, escolha sem vocação ou motivo especial – porque o meu gosto ia para a literatura (mas eu não estava para voltar a fazer exames no liceu) – e sobretudo sem saber ao que ia. Por azar, as aulas na Faculdade de Letras eram por então o paradigma da vacuidade universitária. Havia no primeiro ano dois bons professores, um deles mesmo excepcional: Sílvio Lima. Mas o resto... Basta referir Torquato de Sousa Soares, que chegava a perguntar aos alunos de que disciplina era a aula que acabara de dar, ou Mário Brandão, que nos obrigava a decorar inacreditáveis baboseiras...

A vida de estudante fora das aulas despertava bem mais o meu interesse. Por isso empenhei-me no TEUC – chegando a presidir à sua Direcção – como na Associação Académica – de que também fui presidente. Nada a ver com a História e com os estudos regulares que havia que fazer. Correndo alguns riscos, que ao tempo a militância associativa (assim se dizia) pressupunha ser contra a ditadura. E assim era. A vida cultural coimbrã mostrava-se intensa: muitos colóquios e conferências, concertos com excelentes orquestras e solistas (o primeiro que ouvi foi Sequeira Costa), um Clube de Cinema muito activo, um ciclo de teatro onde vinham os melhores espectáculos das temporadas em Lisboa e no Porto, muito havia para aprender. Lembro as aulas de teatro de Luís de Lima. Além do convívio com personalidades que sabiam como estimular os estudantes como Joaquim Namorado ou Orlando de Carvalho. Sempre me tendo sentido na esquerda, todavia nunca aderi às propostas mais radicais com que havia quem nos quisesse aliciar. O ambiente de tolerância republicana em que fui criado impedia que tomasse um rumo marcado pelo autoritarismo – qualquer que ele fosse.

E assim se foram passando cinco anos, divertidos e de pouco estudo. Felizmente na bem fornecida biblioteca de meu Pai havia as primeiras publicações de um historiador desconhecido na Faculdade, um tal Vitorino Magalhães Godinho, que nos anos 40 publicara umas coisas que tinham por título *Documentos sobre a expansão portuguesa*, *A crise da história e as suas novas directrizes*, *A expansão quatrocentista portuguesa*. Foi a leitura dessas obras que motivou o meu interesse pela história, talvez pelo contraste e oposição total que faziam ao fastidioso anedotário que nos era proporcionado e exigido, com a superficial erudição a que nos obrigavam, com a ausência de horizontes e com o nacionalismo estreito que queriam inculcar-nos – também esse incompetente. Um exemplo da mentalidade oficial: em 1962 o meu curso decidiu realizar uma visita a Madrid, por sugestão do professor de história da Arte, Luís Reis Santos. Quando se tratou de pedir apoios, a carta escrita pelos organizadores indignou a Faculdade. É que os estudantes afirmavam precisar ver obras de arte que em Portugal não havia. Afirmação





que foi considerada inadmissível, porque as nossas colecções, os nossos museus, a nossa pintura, tudo, era da mais elevada qualidade e pedia meças ao Museu do Prado. E não houve maneira de sair do impasse. Com o pouco dinheiro que se tinha juntado deslocou-se um grupo a Lisboa, que por acaso ou coincidência, no Museu dos Coches se cruzou com a veneranda figura do chefe de Estado, a quem estendeu as capas, naturalmente... Coincidência e gentileza de gente moça decerto motivada com esse encontro a modos que fortuito com o almirante Thomaz — que os jornais não deixaram de assinalar...

Era esta a Faculdade em que havia que ir cumprindo embora sem gosto, porque não era suficiente que alguns professores conseguissem escapar aos estreitos e desinteressantes estudos — que por excepção os havia, e mesmo notáveis: recorde-se D. Maria Helena da Rocha Pereira, mestra exímia, paradigma do que deveria ser o ensino humanístico, ou a fresca temática e o espírito desempoeirado do brasileiro Guilhermino César. E poucos mais. Porque alguns, até excelentes pessoas como Joaquim Ferreira Gomes ou Salvador Dias Arnaut, caprichavam em desbobinar matérias intragáveis e fazer-nos empinar coisas desinteressantes. No conjunto era entediante o que nos proporcionavam e exigiam. Entretanto, saíra a *economia dos descobrimentos henriquinos*, e a minha admiração por Magalhães Godinho cristalizava. Havia que encontrá-lo, a ele que há pouco, em 1962, fora expulso da Universidade portuguesa — em segundo afastamento que a sua independência escolar e cívica outra coisa não merecia dos donos do poder.

No final do curso, e para se obter a licenciatura, havia que apresentar e defender uma dissertação. Os alunos escolhiam o professor que lhes indicaria um tema — ou aceitaria que o estudante desenvolvesse um assunto por si proposto. Não se falava ainda em orientadores, e de facto aqueles docentes nada orientavam. Decidi escolher Salvador Dias Arnaut, com quem tinha uma relação muito amistosa, que não era pessoa para incomodar e tinha a virtude de ser um atento leitor. Ainda não sabia o que iria escolher. O normal na Faculdade não apelava à criatividade dos estudantes. Poucos se atreviam a avançar até à época

Contemporânea, a não ser os discípulos de José Sebastião da Silva Dias — mas isso passava-se em história da cultura, e o professor com a sua retorcida linguagem e pose de lente (que o era à letra pois lia as aulas) não era das minhas preferências. A história dos descobrimentos mostrava-se como o campo em que gostaria de investigar.

O meu caminho estava traçado. Tinha decidido encontrar Magalhães Godinho e conseguir que aceitasse dar-me a oportunidade de investigar a sério. O acaso às vezes arranja as coisas, ou nós vamos arranjando as coisas e depois chamamos-lhe acaso. No Verão de 1964 no Algarve, em Albufeira, encontrei o Mestre. Que de imediato se prontificou a aturar o aprendiz que tão afoitamente se lhe dirigia a pedir ajuda. Como vim a saber muito mais tarde, Magalhães Godinho não era nada prudente na sua generosa entrega aos outros (isso lhe causaria não poucos incómodos).

Indicou-me desde logo o tema do trabalho: *o Algarve económico no século XVI*. E ditou-me um conjunto de obras indispensáveis. Passei pela vergonha de mostrar que ignorava autores essenciais — nem lhes conseguia escrever direito os nomes: Fernand Braudel, Ernest Labrousse, Lucien Febvre? Nunca tinham sido referidos por nenhum dos “mestres” conimbricenses. De quantos autores citou (com indicação de editora e ano de edição de cada obra!) apenas Marc Bloch me era familiar, pois a *Sociedade Feudal* estava lida. Onde esperava um assunto de história dos descobrimentos saía-me um outro, bem mais próximo de mim e sobre a terra natal, embora na aparência menos exaltante — como qualquer principiante eu sonhara resolver de vez algum dos intrincados mistérios em volta das navegações quatrocentistas. Mas não seria assim. Contudo, o trabalho a empreender depressa me entusiasmou e por ele a descoberta de muitas novidades metodológicas e problemáticas estimulantes.

Foi assim que a partir do Verão de 1964 comecei a estudar a sério, enquanto completava o curso, o que aconteceu em Julho de 1965. Informado à partida da minha ligação a Magalhães Godinho, Arnaut nada objectou. Durante todo esse ano tive em casa *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II* na tradução

castelhana, o único exemplar da Faculdade de Letras onde ninguém precisava de ler Braudel... Em seguida e até Setembro de 1967 dediquei-me à dissertação, defendida em 10 de Novembro desse ano. Magalhães Godinho, amigo desde logo, arranjou-me um trabalho de tradução, e os meus Pais aguentaram o peso de um estudante retardado fora de casa mais dois anos. Mas foi assim que fiz a minha aprendizagem. Das visitas a casa do mestre saía carregado de livros que era urgente ler, enquanto pesquisava duramente na Torre do Tombo no Palácio de S. Bento (das 11 às 16, recorde-se o extravagante horário) de onde seguia para os reservados da Biblioteca Nacional no tétrico casarão de S. Francisco, com algumas passagens pela sala de leitura da Academia das Ciências. Permita-se-me recordar que na Torre do Tombo nem sequer os roteiros e os índices estavam à livre disposição dos leitores, precisando de fazer-se requisição peça a peça – só com a direcção de José Pereira da Costa as coisas mudaram, mas isso aconteceu depois do meu primeiro embate com esse campo de obstáculos que é a arquivística. Embora nesse tempo os responsáveis ainda procurassem facilitar a vida aos leitores, precisamente o contrário do que hoje acontece em que todas as dificuldades são aplicadas, como se os documentos devessem ser sonogados de quem os sabe usar. O que é inaceitável mas é o que se está a passar. Incompatibilidade entre mim e os técnicos (ou pseudotécnicos) de que resultou que alguns anos mais tarde (em 1984 e depois em 1995) recusei ser nomeado director da Biblioteca Nacional. E eles conjuraram-se para me impedir ser nomeado director da Torre do Tombo (em 1996). Ficámos pagos.

Com Magalhães Godinho tive que fazer outro curso por conta própria, este a sério, e sem contacto algum com o que em Coimbra me graduaria. Tudo correu bem, até mesmo a defesa da dissertação, que Arnaut leu atentamente e criticou com pertinência – como era seu timbre. Devo salientar que os membros do júri não mostraram qualquer incómodo pela orientação do expulso Magalhães Godinho, que se lia logo na primeira das quinhentas páginas da dissertação. Nem mesmo Lopes de Almeida, que fora o ministro da Educação durante a

crise de 1962, e que presidia, mostrou qualquer reacção. Talvez por eu não ser estudante em condições de entrar como assistente, não importava o que fizesse. E o dezasseis que me atribuíram abriu-me muitas portas, nomeadamente o doutoramento por conta própria.

Continuei ligado ao mestre, que decidiu publicar o meu trabalho nas Edições Cosmos de Rodrigues de Oliveira – o que aconteceu em 1970, tendo merecido referências muito lisonjeiras de Orlando Ribeiro, Oliveira Marques e Ruben Andresen Leitão. Contacto com Magalhães Godinho e aprendizagem quando e onde podia ser, em Albufeira ou em Lisboa, chegando esses encontros a ocorrer no restaurante de Santa Apolónia, entre dois comboios. E fazendo um ou outro estudo ou trabalho que me ia sugerindo, ou de que me encarregava, como a tradução dos *Problemas de estratificação social*, colóquio coordenado por Roland Mousnier que a Cosmos publicou (mas não me pagou). Magalhães Godinho tinha assente que eu havia de prosseguir na investigação e que devia sustentar a ambição de doutoramento. Para o que então não havia condições.

Para ganhar a vida, ainda durante o serviço militar comecei a dar aulas nocturnas na Escola Industrial e Comercial de Espinho, experiência com estudantes trabalhadores limitada a um ano lectivo (1969-1970) mas muito gratificante. Porém, o ensino técnico profissional não se mostrava terreno favorável a quem tinha ambições de investigação em História. Pelo que concorri ao estágio de professor liceal de História e Filosofia, sendo colocado no Liceu Normal de D. Manuel II do Porto (1970-1971). Aí saí-me bem do empreendimento ficando o mais classificado do País nesse ano no Exame de Estado (Novembro de 1971) perante júri exigente, em tempo que não se temiam as avaliações. Nesse estabelecimento exemplar permaneci, também com responsabilidades no campo da formação de professores: assim, logo no ano imediato fui nomeado assistente pedagógico e depois metodólogo pelo reitor António de Almeida Costa – acabava de perfazer 30 anos. Para me sentir um pouco mais do que professor do liceu – no que tinha muito gosto e é um período de que recordo colegas e alunos com muita saudade – reservava uma tarde por semana para a Biblioteca Pública





Municipal do Porto. Aí ia vendo umas coisas, sem um plano sistemático a que obedecesse mas com interesse especial pelos motins e revoltas populares no século XVII que ainda deu para publicar um artigo na *Seara Nova* – o primeiro de mais de uma centena que no total até hoje escrevi. E na *Seara Nova*, talvez inconsciente homenagem aos fundadores seareiros que muito me influenciaram, em especial António Sérgio e Jaime Cortesão. Vida muito ocupada, com os filhos muito pequenos, com as exigências que o ensino secundário tem.

Em finais de 1972 Veiga Simão decreta a reestruturação dos cursos de Economia. Abria-se-me a expectativa de conseguir trabalhar em História Económica cadeira que entrava no novo plano de estudos e de que ainda não havia cultores especializados. Ora eu já tinha um livro publicado e sentia-me com coragem para enfrentar o desafio da carreira académica. Nesse sentido dirigi-me ao Director da Faculdade de Economia do Porto, candidatando-me para o ensino dessa disciplina. Era minha intenção permanecer onde tinha raízes e a família paterna, cidade de que gostava bastante e onde me sentia bem. Mas essa autoridade (que pelo nome não perca, mas conhecida pela alcunha de “peru”) respondeu-me que no Porto não haveria modificação do plano de estudos, e portanto nada de história económica. Ao contrário do que acontecia em Lisboa onde Joel Serrão iniciava a sua docência no ISEG, onde acolheu Gabriela Martins e César Oliveira entre outros.

Contudo, não desisti de passar para a Universidade, e ao ler nos jornais que o penalista Eduardo Correia era empossado como Director da nova Faculdade de Economia de Coimbra, escrevi-lhe propondo-me para uma comissão de serviço. E em pleno Agosto, convocou-me para o seu gabinete da Faculdade de Direito. Lá fui e fiquei a saber que a cadeira de História Económica se destinava a Vitorino Magalhães Godinho, que no ano seguinte terminaria o seu contrato em França (Clermont-Ferrand), e que Eduardo Correia se esforçava por nomear catedrático, com o apoio de Veiga Simão. Houvera uma relação política entre os pais de Vitorino Magalhães Godinho e de Eduardo Correia. Além disso, este gozava da relativa independência de homem rico e estava

empenhado em montar uma Faculdade com gente prestigiada. Os tempos também pareceriam oferecer outras oportunidades. Entretanto, contratava-me para reger a cadeira, ficando depois a trabalhar como assistente do Mestre. Alvorçado, corri ao Juzo (Cascais) a dar a novidade ao meu futuro patrão, que tudo sabia, naturalmente.

Assim voltei a Coimbra e ao novo estabelecimento, onde reencontrei o Aníbal Almeida, que fora presidente do Conselho Fiscal da Associação Académica no tempo em que eu fui presidente da Direcção-Geral e José Guilherme Xavier de Basto, fiscalista, que Eduardo Correia em boa hora trouxera da Faculdade de Direito. Então conheci Boaventura de Sousa Santos regressado dos Estados Unidos. Restrito corpo docente nesse primeiro ano de funcionamento da licenciatura. Honro-me de ter dado a primeira aula do novo estabelecimento, a 17 de Outubro de 1973. E a Faculdade, no rés-do-chão dos Gerais lá arrancou com as suas actividades lectivas. Regressava ao espaço onde o TEUC ensaiava quando eu fora estudante.

1974 traria uma profunda mudança na vida nacional e por consequência na vida académica. Vitorino Magalhães Godinho voltaria a Portugal, mas para ser Ministro da Educação e Cultura. E a minha própria existência tornar-se-ia mais agitada, senão mais enriquecida. É que depois de ter estado uns meses na Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Coimbra (da presidência de Rui Carrington da Costa) em representação do Partido Socialista, fui eleito deputado à Assembleia Constituinte. Aí estive os dez meses (Julho de 1975 a Abril de 1976) que demorou a parturejar a Constituição da República que parece que ainda nos rege. Tempo de exaltação, em que pude conhecer gente admirável, com quem muito aprendi: Henrique de Barros, Miller Guerra e Raul Régo, para citar uns poucos. E reatar com alguns amigos das lutas académicas como Manuel Alegre. E depois foi a Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica (com o ministro Mário Sottomayor Cardia, inteligência fulgurante, nos dois primeiros governos constitucionais presididos por Mário Soares), de Julho de 1976 a Junho de 1978. Tempo também de aprendizagem, de que recordo os serões em casa de Pilar e David Mourão-



-Ferreira ouvindo gente como Natália Correia ou Lima de Freitas, João Palma Ferreira ou Iva Delgado. Convívios e boas relações em que destaca Madalena Azeredo Perdigão que tentou ajudar-me a mexer no ensino da música que muito me interessava.

Exaltante a vida política, no entanto exigindo uma capacidade de submissão e uma flexibilidade que não calhava ao meu temperamento. Por isso regresssei à Faculdade e a sério comecei a preparar a dissertação de doutoramento, não sendo já possível uma sempre sonhada estadia em França com Braudel. A escolha de tema já tinha sido feita. Seria uma continuação do estudo da realidade económica portuguesa no século XVI, agora em Entre-Douro e Minho, estendendo-se ainda à Galiza. O que se revelou impossível dada a extensão documental a desbravar. Por isso voltei à minha terra e construí *O Algarve económico: 1600-1773*. Mudança de objecto que deu algum trabalho e precisou de habilidade para que o orientador a aceitasse. Porque Magalhães Godinho queria que eu continuasse a estudar o século XVI. Em desespero de causa tentei mesmo a passagem para um tema do século XIX, mas tudo se perdeu quando Charles R. Boxer nos afirmou peremptório que estudar o século XIX não era fazer história mas jornalismo... Valeu-me ter encontrado a documentação dos dízimos cobrados pelo cabido da diocese do Algarve, informação quantitativa que então tinha largo tratamento por essa Europa fora. Para isso beneficieei da cumplicidade do Reitor da Sé de Faro, Dr. Henrique Ferreira da Silva, que me permitiu a entrada clandestina no arquivo do Cabido.

Entretanto a pequena Faculdade de três professores e um investigador alargara-se. Vieram de outras universidades colegas que se tornaram nos esteios sólidos dos anos que se seguiram. Mas o alargamento nem sempre ocorreu no melhor sentido. Chegou gente de muitas e variadas partes do Mundo. Não sei se o seu domínio das matérias que vinha leccionar tinha sido devidamente averiguado. Alguns saídos do Brasil da ditadura dos militares, outros atraídos pelas promessas de sociedade totalmente nova que as utopias do tempo propunham. Outros, há que desconfiar, enviados para tomar conta dos impulsos revolucionários ou da resistência por estes

provocada que não se sabia como iriam descambar – e que em qualquer caso poderiam fugir à ortodoxia soviética ainda reverenciada por boa parte da intelectualidade lusa. Não consigo esquecer um desses agentes, um alemão de Leste, que registava – em duplicado a papel químico – as reuniões de docentes – disse-se depois que pertenceria à benemérita Stasi, ignoro se isso assim era. Não o esqueço, porém.

Como não esqueço algumas tropelias que se cometeram, nem as exigências que então me foram apresentadas – nunca soube com que finalidade – de fazer um doutoramento em cujas provas teria de tirar pontos à sorte sobre matérias de cadeiras de economia... o que até era contra a lei. Obstáculo que procurei ultrapassar indo propor-me para doutoramento à Faculdade de Letras... mas afinal não foi considerado útil que essa proposta fosse por diante... também não sei porquê. A incerteza e a flutuação de decisões e de rumos ainda era muito grande. Nem sempre se sabia o que se deveria querer: num só ano fizeram-se quatro reformas curriculares! Nada menos... Era um desejo de acertar fugindo à insegurança em que se vivia. Enquanto ainda persistiam projectos que propunham afastar a Faculdade da economia que lhe dava o nome e a vocação principal. Foram uns meses inseguros esses que coincidiram com o meu retorno de funções políticas em 1978, pois que a serenidade académica ainda não se obtivera. Valeu para ganhar ânimo que por esse tempo frequentei os seminários com que Magalhães Godinho iniciava o seu magistério na Universidade Nova de Lisboa onde ia todas as semanas com o Jaime Ferreira e o Alfredo Marques. E a Faculdade pagava o transporte, pois essa frequência era considerada importante para a nossa formação. No meio da confusão alguma coisa dava sinais de estar a mudar. E estava.

Doutorado em 3 de Outubro de 1984 – o primeiro candidato a enfrentar a prestação de provas públicas pela nova Faculdade – pouco depois foi a minha vez de assumir a presidência do Conselho Directivo, em que permaneci alguns anos (1985-1989 e 1991-1993) com uma intermitência em que passei pelo Conselho Científico (1989-1991). Foram tempos de muito trabalho, exaltantes e também de alguma insatisfação, mas em que se melhorou muito a docência na Faculdade e



bem assim a preparação de novos doutores – passe o que pode parecer elogio em benefício de quem o profere, mas não é. As mudanças foram semeadas por Boaventura de Sousa Santos e José Veiga Torres com o apoio dedicado de António Simões Lopes e começavam a germinar por esse tempo. Nesses conselhos tive sólidos apoios nos colegas que comigo aceitaram colaborar, e recorro com especial destaque as relações cordiais com os estudantes e com os funcionários que por força da legislação em vigor também pertenciam ao órgão directivo. A secretária da Faculdade Dra. Luísa Costa Ferreira foi um auxiliar precioso, que recorro com gratidão. A minha virtude está em não ter estragado ou empatado as vias de crescimento da Faculdade nem ter tentado arrancar com algum projecto próprio. Porque esses primeiros anos, de composição e recomposição, foram de muito trabalho e necessária dedicação. De todos os docentes, entre os quais decerto que me conto. Sem modéstia (que é doença de que não sou), alguma coisa penso que se me deve: em especial ter-me batido pela construção do edifício para a Faculdade, o que exigiu um combate tenaz contra os técnicos e decisores do ministério e mesmo da universidade – tendo beneficiado do apoio do notável reitor que foi Ruy de Alarcão.

Assim, em 1990, já na presidência do Henrique Albergaria, foi possível inaugurar o primeiro bloco (das aulas) das novas instalações da Faculdade, e depois avançar com o segundo (da biblioteca e gabinetes) e preparar o restauro do casarão dos Limas. Também nesse tempo de direcção me empenhei seriamente em lançar os programas Erasmus de intercâmbios de estudantes e professores, que em 1988 tiveram princípio. Não foi fácil fazer entrar uma Faculdade ainda muito mal apetrechada no circuito das trocas entre as mais antigas universidades europeias. Houve que engolir muitas indisposições e faltas de vontade para proporcionar saídas aos nossos estudantes; mais difícil ainda foi conseguir a vinda de estudantes estrangeiros para Coimbra. O auxílio do vice-reitor Jorge Veiga e a dinâmica conseguida pelo Grupo de Coimbra das antigas universidades europeias mostraram-se então preciosos para o êxito alcançado. Porque se pôde enviar estudantes e receber

estudantes – se não me equivoco, o primeiro a chegar foi um italiano de Siena. Para isso beneficieei da dedicação e competência da Dra. Leonor Marinho Dias. Além dos estudantes, quase todos os assistentes em funções nesses anos beneficiaram de bolsas, no necessário arejamento que deve ser intrínseco à qualidade académica. Entre os colegas das diversas universidades europeias fiz bons amigos, dos que permaneceram para além das funções que cessaram.

Entretanto um pequeno grupo de historiadores se foi constituindo. Chegou o Jaime Alberto do Couto Ferreira, creio que por intermédio do Aníbal de Almeida, depois o João Nunes de Oliveira e a Maria Manuela Nobre Mascarenhas (que se fez bibliotecária e desistiu da carreira), e por último nesta fase inicial o José Alberto Veiga Torres que, contratado para a Sociologia das Religiões, depois fez com felicidade o seu percurso académico em História. Três chegámos à cátedra, e se correcto entendimento tivesse havido também o João Oliveira teria completado na carreira uma profícua actividade de docente e de investigador. Só muito mais tarde veio o Álvaro Garrido e mais tarde ainda o António Rafael Amaro, que ficam agora a assegurar o que ainda resta de cadeiras de história nos *curricula* das licenciaturas e mestrados. É pouco, e muito menos do que já foi. Sem que se tivesse provado a inutilidade dos nossos trabalhos ou a vantagem de retirar a coordenada “tempo” das investigações e reflexões académicas. Devo confessar que foi muito gratificante ter colaborado na orientação das dissertações de Jaime Ferreira, João Oliveira e Álvaro Garrido. Que seguiram os seus próprios interesses e caminhos, que nada lhes foi imposto, mas cujos saberes e êxitos as suas publicações atestam. Porque eles publicaram...

Vida académica com recusa da actividade política muito do meu agrado. Impossível, no entanto enquanto as organizações partidárias se não organizarem de modo diferente. Em qualquer caso foi um gosto presidir à Assembleia Municipal de Coimbra durante doze anos (1986-1998), ajudando na medida do que pude à notável acção do Manuel Machado, antigo aluno e amigo.

O resto que poderia dizer dilui-se no correr da rotina das aulas e exames; participei um

pouco por todas as universidades portuguesas (de Braga a Ponta Delgada) em doutoramentos, agregações e concursos – perdi-lhes o conto preciso mas foram mais de sessenta. Não devo deixar de recordar o intervalo de mais de três anos em que estive como Comissário-Geral para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1999-2002) – o gosto que tive no que foi feito, em especial a edição de livros. Não esqueço como se assinalaram os 500 anos do achamento do Brasil e da Terra Nova. Nem algumas passagens por ensino no estrangeiro, com destaque para a École Pratique des Hautes Études em Paris (1989 e 1999), para a Universidade de São Paulo (1991 e 1997) e para a Universidade de Yale (2003). Foram experiências de grande enriquecimento pessoal, que também me fizeram sentir parte da grande comunidade académica marcada pelas boas universidades. Tive também excelentes oportunidades editoriais, nomeadamente o convite de José Mattoso para dirigir o volume dedicado ao século XVI da *História de Portugal* que o Círculo de Leitores publicou (1993). E que intitulei *O Alvorecer da Modernidade*. Não esqueço que se trata de uma obra em que contei com notáveis colaboradores (André Ferrand de Almeida, António Rosa Mendes, Diogo Ramada Curto, Francisco Bethencourt, José Manuel Subtil, Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, Margarida Sobral Neto, Paulo Pereira, Teresa Ferreira Rodrigues) e que também rendeu direitos de autor apreciáveis – que infelizmente não se repetiram.

Outros trabalhos também foram de importância para mim, como a *História da Companhia de Seguros Tranquilidade*, para que o meu amigo Luís Redondo Lopes me contratou. Mais frutuosas consequências resultaram da colaboração na *Historia de España* de Menendez Pidal editada pela Espasa-Calpe em Madrid, em volume dirigido por Joseph Perez (1998), e na *História da Expansão Portuguesa* que Francisco Bethencourt e Kirty Chauduri encabeçaram (1998). Estímulos que me levaram a desenvolver estudos de história da expansão e de história do Brasil que têm prosseguido e me têm proporcionado enorme satisfação, permitindo mesmo a edição de uns *Labirintos Brasileiros* pela Editora Alameda de São

Paulo (2011). Resta acrescentar que entretanto muitas foram as solicitações e os escritos que se espalharam, o que me faz agora ocupar com a recolha de alguns desses avulsos, que levam o nome genérico de *Miunças*, de que a Imprensa da Universidade de Coimbra já publicou duas colectâneas, uma delas sobre o Algarve, em coedição com a Universidade do Algarve (2012). E já tenho três outras miscelâneas prontas... Mau exemplo, pois nunca pertenci a nenhum centro de investigação nem procurei remunerações adicionais... Sempre a investigação me deu prazer e nunca a senti como uma obrigação.

Fazendo um balanço sem vaidades nem modéstias descabidas, poderei concluir que preenchi uma vida académica se não decisiva na influência do meu saber – o que todos os professores ambicionam alcançar – mas bem recheada e com algum êxito no seu conjunto. Fui bafejado pela sorte. Tive bons apoios. Pelo que devo, em tributo de gratidão, referir os meus principais credores. Antes de mais o meu Pai, formado pela Faculdade de Letras do Porto – que a ditadura militar extinguiu por perigosamente republicana em 1928 –, que leccionava Português e Francês no Liceu de Faro, e de quem também fui aluno. Dele terei herdado o gosto pela escrita, que não a qualidade dela, pois poucas pessoas conheci que tão bem escrevessem, passe a vaidade filial. E era um pedagogo que aplicava em casa a mesma não-directividade *avant la lettre* que defendia e procurava aplicar na docência – atitude nem sempre gratificante nesse tempo – embora tendo deixado sinais marcantes na memória dos muitos que foram seus alunos. O que implicou que cedo me sentisse responsável pelas minhas decisões e orientações. Do seu republicanismo, que já recebera de seu Pai, também me sinto de algum modo depositário. Tenho para com ele e para com minha Mãe, que por igual cuidou da preparação da minha sensibilidade em especial apurando o meu gosto pela música, uma dívida que não se paga. A eles devo muito do que consegui ser.

Muito devo também a Paulo Quintela. Director artístico do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, com ele aprendi a mais bem apreciar teatro e outras formas literárias que muito completaram a minha formação humanística. Paulo Quintela fazia parte do pouco que restava de uma geração





de republicanos e socialistas que não pôde singrar na Universidade por impedimento salazarista. Com ele se aprendia a analisar a obra ímpar de Gil Vicente, os clássicos gregos e entre os modernos Federico Garcia Lorca e Bertold Brecht. Quintela era um homem de espírito aberto, de formação cosmopolita que destoava do bafiento provincianismo coimbrão. Além do mais, era um mestre em quem se podia ter confiança, pois que o sabíamos do nosso lado nas lutas académicas. Marcando uma atitude cívica de extrema coragem. O que era raro numa academia em que os professores, mesmo os que não estavam enfeudados ao ditador, nem por isso se expunham. Na crise de 1962, na noite de Maio em que ocupámos a Associação Académica no Palácio dos Grilos, apenas três professores se mostraram solidários com os estudantes em luta pela sua Associação: Paulo Quintela, Luís de Albuquerque e Alfredo Fernandes Martins. Apenas estes, se bem que outros depois dissessem ter estado *in mente* connosco. Pois. Mas ninguém os viu na hora decisiva...

Ao TEUC devo também ter participado em festivais de teatro universitário que nos anos Sessenta eram realizações pujantes: pela primeira vez fui a França, a Nancy, e a Itália, a Verona – e gozei o meu primeiro deslumbramento perante Florença e a renascença italiana. Ficava evidente a necessidade de arejar que nos mostrava o quanto nos oprimia o enclausuramento em que vivíamos – lembro que passada a franquista fronteira dos Pirenéus passei em Hendaya com *L'Humanité* na mão para me sentir em terra de liberdade. No TEUC também fiz amigos, dos que ficam para toda a vida, daqueles com quem continuamos conversas que poderiam ter ocorrido na véspera e não há muitos anos.

Evidentemente que a maior dívida profissional foi a contraída com Vitorino Magalhães Godinho. Mestre e amigo, sempre disponível para tirar dúvidas, apontar caminhos, sugerir estudos. Sempre também procurando levar-me a participar em outras actividades, desde um encontro sobre Gil Vicente em *O Tempo e o Modo* logo em 1965, conferências e actividades várias – até bem ao fim da sua longa vida (2011). Reuniões e sessões aqui e ali, na Sá da Costa para preparar a *Revista de História Económica e Social*, depois no Instituto Português de Ensino à Distância,

antes de ser Universidade Aberta, com o apoio interessado de Armando Rocha Trindade. Recordo com saudade um encontro cheio de novidades de que saíram umas *Reflexões sobre História e Cultura Portuguesas*, que teve como principal organizador Maria Emília Cordeiro Ferreira. Foi também por esses anos de formação que ocorreu a fundação da Associação Portuguesa de História Económica e Social (1980), que cresceu, vingou e se mantém com estimulante exemplar actividade. Por intermédio do mestre estabeleci excelentes relações com António Carreira, José Mattoso, Oliveira Marques, Luís de Matos, Joaquim Barradas de Carvalho e outros historiadores também mestres no convívio.

Em casa de Magalhães Godinho, com a gentileza de D. Maria Antonieta a dar o tom, conheci alguns dos grandes historiadores do nosso tempo: Frédéric Mauro, Francisco Morales Padrón e muito em especial Albert Silbert com quem mantive contactos muito estimulantes. Amizade e admiração por Magalhães Godinho, que persistiu em bons e maus momentos, em crises e em reiteradas esperanças, que se frustravam por si próprias, ou oportunidades que Magalhães Godinho acabava por afastar numa ânsia de perfeição e de total autonomia que raras vezes terão sido possíveis de contentar.

A muitos outros sou também devedor de ensinamentos, auxílios, apoios. Ninguém trabalha tantos anos sem precisar de quem sabe ser útil. Lembro com especial saudade Manuel Viegas Guerreiro, por intermédio de quem conheci Orlando Ribeiro e Suzanne Daveau, e com quem publiquei as corografias quinhentistas do Algarve; de Cândido Alves Ferreira, metodólogo de Filosofia no Liceu Normal de D. Manuel II, com quem muito aprendi de didáctica, disciplina que a Universidade sempre ignora; de António Manuel Hespanha, que conseguiu a minha nomeação como Comissário-Geral na Comissão dos Descobrimentos, a quem sucedi no cargo e funções; de Tiago Miranda, Cecília Cameira, João Paulo Salvado e Jorge dos Santos Alves, meus colaboradores mais próximos nessa instituição; de Carlos Guilherme Mota, José Jobson Arruda e Vera do Amaral Ferlini que vezes repetidas me convidaram a colaborar na Cátedra Jaime Cortesão da Universidade de São Paulo; de

João Carlos Garcia, geógrafo da Universidade do Porto que muitas vezes me tem valido, e muitos outros ao longo de um percurso que não foi só de rotina e de passiva aceitação do ramerrão um tanto limitado da vida académica coimbrã. E que me desculpem aqueles a quem poderei ter sido de alguma utilidade e com quem seguramente muito aprendi (como Francisco Bethencourt, António Manuel Almodovar, Leonor Freire Costa, Fernanda Olival, Pablo Montserrat, Isabel João, Margarida Vaz do Rego Machado, José Carlos Vilhena Mesquita e António Rosa Mendes). Entre colegas de ofício fiz alguns bons amigos, procurando que nunca sentissem que havia em mim um concorrente mas um apoio. Também alcancei amizade duradoura entre estudantes, desde o tempo de professor do liceu, e mais na universidade – aí talvez porque as minhas aulas só duravam uma hora, como há poucos dias um me revelou. Maçar os alunos com aquilo que eles podem com muito mais proveito aprender estudando é um vício de quem não sabe orientar estudos superiores.

Não devo passar sem uma referência que estes trinta e muitos anos foram de uma continuada convivência com colegas da Faculdade, a alguns dos quais me liguei por uma sólida amizade. Com eles aprendi, com eles senti-me crescer e depois mesmo envelhecer, que não foi com os mais novos que tive menor contacto – alguns sendo dos bons estudantes que por aqui têm passado e que descobri cedo, quando mal começavam. E pena é que as recentes limitações estejam a impedir que estudantes excepcionais ocupem lugares no nosso corpo docente. A casa foi sempre um bom agasalho para todos. Muito embora num meio confinado sejam inevitáveis as indisposições. Também quero deixar uma palavra para aqueles funcionários que nos acompanham, alguns há muitos anos, pois vieram para aqui quase meninos. E com eles tive uma amigável relação. Também há que dizer-lhes obrigado por tudo, e muito foi, e que continuem a ajudar os que ficam como ajudaram o que parte.

Por último mas não sem o devido destaque, refiro a família e o apoio que os próximos nestes balanços que são também um ajuste de contas connosco mesmos – pese embora a que a privacidade deve ser resguardada em

todas as circunstâncias. À Luísa, que já me atura há 40 e tantos anos, ao Luís Tiago e à Raquel, que sofreram a minha presença, as minhas ausências e as minhas fúrias ou a minha indiferença, a gratidão que é devida. Para o Pedro e para o António vai naturalmente ainda a minha atenção. Que eles sejam melhores do que nós é o que sinceramente desejo. O que para já parece bem encaminhado.

Deixo uma universidade que não é a universidade com que sonhei. Que felizmente também não é aquela em que entrei, nem tampouco a que quis afirmar-se com generosidade mas sem rumo certo em tempos de confusão. A que agora se procura afirmar é uma universidade de grandes números, de estatísticas de produção, de resultados em diplomas, de feitos empreendedorísticos (fazendo por ignorar o barbarismo de uma expressão que me arrepia). É uma universidade onde os professores não aprendem nem ensinam, apenas pontuam, para afinal terem uma carreira que não os tira da mediocridade dos lugares de base. Em que mais vale assinar um artigo em conjunto com uma dúzia de colegas do que escrever um bom livro. Não vejo que esta furiosa busca de pontos de apoio para trepar seja o que é preciso para se atingir o saber e o desenvolvimento das disciplinas científicas. Que lhes preste – mas não se queixem porque têm obviamente toda a culpa.

E assim, com estas palavras desataviadas ponho ponto final numa actividade que me foi grata, e cujo termo vai deixar um tremendo vazio na minha existência. Há que ser sóbrio e evitar pieguices – apesar de tudo não me sinto sentimentalmente muito frágil. Embora a despedida seja manifestação agónica inevitável, resta-me desejar para mim próprio a saúde física e mental necessária para sobreviver a esse *já não ser* que o jubileu acarreta. Como se lê num soneto de Alvarenga Peixoto, “Gasta-se a vida, / e a vida é curta, pois ligeira corre, / e passa sem que seja pressentida.”

Atingida a raia legal, chegado ao dito limite de idade, será que doravante vou começar a trabalhar? Claro que não: porque, como diz o meu amigo José Guilherme Xavier de Basto, eu nunca trabalhei, sempre me diverti com aquilo que fiz. E assim tenciono continuar.

